

## MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA

**A)** Os valores referentes aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram obtidos a partir dos dados constantes nos respectivos balanços anuais.

**B)** Os valores relativos à arrecadação prevista de 2020 foram obtidos a partir da receita arrecadada até o mês de novembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

**C)** Em linhas gerais, nas projeções para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, o cenário projetado sinaliza para um crescimento global das receitas em torno de uma taxa média de cerca de 3,37%.

**D)** O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento dessa receita com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, que as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência. Os indicadores macroeconômicos básicos utilizados para a reestimativa de 2020 e as estimativas da receita para 2021, 2022 e 2023 foram:

Ano	2020	2021	2022	2023
VARIAÇÃO DO IPCA	1,65%	3,23%	3,46%	3,43%
VARIAÇÃO IGPM	4,02%	4,67%	4,12%	3,86%
CRESCIMENTO DO PIB	-	-	-	-
SALÁRIO MÍNIMO	1.045,00	1.087,85	-	-
TAXA SELIC (Média)		3%		
Crescimento Real das Receitas Tributárias				
Outros (especificar)				

Parâmetros LDO 2021

**E)** Com base nesses agregados, detalhamos as estimativas de Receitas:

- Receitas Diretamente Arrecadadas: nas receitas tributárias, o melhor desempenho verificado nos anos anteriores ficou com o IPTU, devido a ser o Imposto mais expressivo do Município.

- Para o IPTU, em decorrência da não atualização da planta de valores, as projeções apontam para um crescimento anual conforme índice de reajuste previsto em Lei, ou seja, IGPM acumulado nos últimos 12 meses com base agosto de 2020 de 4,67% em 2021. O valor previsto está em R\$ 17.343.052,36.

A não atualização da planta de valores também terá um reflexo no valor venal dos imóveis, acarretando, também, uma falta de crescimento na receita do ITBI, cuja meta, baseado somente no IGPM para 2021, estando previsto uma arrecadação de R\$ 1.544.724,65.

- Nas outras receitas tributárias (IRRF, Taxas, Contribuição de Melhoria) a variação apontado é do do IGPM e nas receitas patrimoniais, os estudos apontam para uma manutenção da e IPCA que é de 3,23% para 2021.

- No caso dos impostos, taxas e contribuição de melhorias, destaca-se, ainda, a expectativa muito otimista de recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, cujo valor devido totaliza o montante de R\$ 19.642.462,83.

- Receitas de Transferências: nas principais receitas que alimentam essa fonte, as expectativas apontam para um crescimento médio de 4,5% ao ano, ocorrendo uma queda na participação no índice de retorno do ICMS em 8%, com reflexo direto na estimativa de transferência desse tributo, bem como queda nas transferências do IPI/Exportação. Com relação ao retorno do FPM, as expectativas, os estudos elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional apontam para uma variação de 6,5%, considerando-se, também, os valores a serem recebidos a título de "Cota-Extra" em decorrência das Emendas Constitucionais nº 55/2007 e 84/2014.

- Nas transferências do IPVA, a expectativa é de melhoria, em razão do esforço fiscal empreendido pelo Estado, a quem compete fiscalizar e arrecadar o tributo. Em decorrência dessas medidas, é esperado um crescimento de 6%.

- Em relação ao FUNDEB, o desempenho esperado é de R\$ 38.316.259,68, devido ao crescimento do número de alunos matriculados bem como em razão da variação das receitas formadoras do FUNDEB (FPM, ITR, LC 87/96, ICMS, IPVA e IPI/Exportação). Assim, a diferença líquida entre a contribuição e retorno do Município tende a aumentar. Com base nessas premissas, para 2021 é esperada uma variação de 6,92% em relação a 2020.

- Outras transferências importantes são as do SUS, repassadas pelo Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, bem como as destinadas à Assistência Social, repassadas pelo Fundo Nacional e Estadual e Assistência Social. As previsões apontam para uma estabilidade, ou seja, o valor a ser repassado nos próximos anos tende a manter-se nos mesmos patamares de 2020.

- Para as outras transferências legais (CIDE, Fex, FNDE, FNAS e outras), a perspectiva é de estabilidade, ou seja, prevê-se uma variação em função dos índices inflacionários ou acompanhando a variação das receitas da União.

- Nas transferências voluntárias correntes e de capital, realizadas em função de auxílios, convênios e contratos de repasse, a expectativa é que sejam mantidos os níveis hierárquicos recentes.



**Rudinei Härter**  
Prefeito Municipal



Noemi Correa Moreira  
Contadora-Geral  
Matricula 7924-3  
CRC/RS 078209/O-8